

Negociação da Revisão do Estatuto da Carreira Docente

O Secretariado Nacional da Federação Nacional da Educação (FNE), reunido em Lisboa no dia 7 de novembro de 2025, analisou e debateu a proposta de protocolo negocial apresentado pelo MECI na reunião realizada no dia 6 de novembro de 2025, que dará início ao processo negocial relativo à revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, considerando a relevância deste tema para o futuro da profissão docente e para a qualidade do sistema educativo.

A FNE recorda que a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) constitui uma exigência há muito colocada aos sucessivos Governos, face à necessidade de corrigir injustiças acumuladas, valorizar devidamente a profissão docente, garantir a sua atratividade e melhorar as condições de trabalho.

Neste contexto, o Secretariado Nacional da FNE:

- **Reafirma a urgência** da abertura de um processo negocial efetivo, abrangente e calendarizado, que envolva o conjunto das matérias estruturantes da carreira docente, assegurando uma participação séria e consequente das organizações sindicais representativas dos Professores e Educadores.
- **Defende que a revisão do ECD deve garantir:**
 - A **contabilização integral o tempo de serviço** prestado para efeitos de posicionamento na carreira, garantindo condições não discriminatórias de progressão (ultrapassagens) na carreira;
 - A **eliminação das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões**, garantindo a sua não substituição por outros mecanismos injustos que visem limitar e/ou criar constrangimentos na progressão em carreira;
 - A **valorização salarial global da carreira**, que permita recuperar poder de compra e alinhar o rendimento de todos os docentes com a responsabilidade e a exigência profissional, adotando um estatuto remuneratório justo, que valorize a função social e educativa dos docentes e salvede, pelo menos, a equiparação ao topo da carreira técnica superior da Administração Pública;
 - **Medidas compensatórias** para os docentes que não usufruíram da recuperação total ou parcial do tempo de serviço congelado;
 - A **revisão do modelo de avaliação de desempenho docente**, garantindo a sua função formativa, de melhoria de práticas e não penalizador;
 - A **melhoria das condições de trabalho e de bem-estar**, respeitando os limites legais do tempo de trabalho, definindo com clareza a distinção entre componente letiva e não letiva, e reduzindo a componente letiva dos docentes em fim de carreira;



- A **redução da carga burocrática e da pressão administrativa**, devolvendo tempo para o essencial: o processo de ensino-aprendizagem;
- A **criação de mecanismos de renovação geracional**, capazes de atrair novos profissionais e assegurar a sustentabilidade do nosso sistema educativo;
- A **garantia** da contratação de docentes em horários completos, para combater a precariedade e a instabilidade nas escolas, devendo ser assegurado o respeito pela graduação profissional;
- **Medidas eficazes** para garantir tolerância zero à indisciplina e à violência em contexto escolar;
- A **revisão** do quadro legal das habilitações para a docência, assegurando uma formação inicial exigente e adequada;
- A **criação de condições específicas de aposentação** sem penalizações, reconhecendo o especial desgaste do trabalho docente, bem como desbloquear o acesso à pré-reforma;
- A **defesa da profissionalidade docente**.

- **Reitera que o processo de revisão do ECD** deve resultar de um **diálogo responsável**, assente no respeito mútuo e na procura de soluções concretas, evitando decisões unilaterais e garantindo compromissos de médio e longo prazo que promovam a estabilidade e a confiança no sistema educativo.

- **Apela ao Governo** para que assuma este processo como uma prioridade política nacional, reconhecendo que a valorização da carreira docente é condição essencial para o sucesso educativo, para a coesão social e para o desenvolvimento do país.

O Secretariado Nacional da FNE reafirma a sua total disponibilidade para participar de forma construtiva nas negociações, com propostas realistas e sustentáveis, mas também com firmeza na defesa dos direitos e da dignidade profissional dos educadores e professores.

Lisboa, 7 de novembro de 2025

O Secretariado Nacional da FNE

